

1.
Apresentação geral

2.
Objetivo geral

3.
Programa resumido

4.
Bibliografia principal

1.

Curso: Solicitoria

Área/ Subárea: Direito/Direito Civil

Semestre: 4º Semestre

Carga horária: 4,5H

ECTS: 5

2.

A unidade curricular de Direito Processual Civil II visa permitir ao aluno um contato com a tramitação do processo executivo tendo em conta as alterações introduzidas pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, que entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2013. Engloba-se neste estudo a análise da Lei n.º 32/2014, de 30 de maio, que aprovou o Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo, designado por “PEPEX” e que foi objeto de regulamentação pela Portaria n.º 233/2014, de 14 de Novembro.

Sem descurar o necessário estudo teórico das diversas matérias constantes do programa, persegue-se o objetivo de fazer uma abordagem eminentemente prática da matéria, preparando assim o futuro licenciado em solicitadoria para o exercício da profissão, contribuindo para o seu ingresso no mercado de trabalho.

3.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Finalidade da tutela executiva. Localização da execução forçada no âmbito da tutela judicial civil
2. Natureza da ação executiva: execução individual, universal e mista ou concursal
3. Tipos de ações executivas quanto ao fim e quanto à forma
 - 3.1. Processo executivo comum para pagamento de quantia certa com forma de processo ordinário e sumário
 - 3.1.1. A execução de sentença nos próprios autos
 - 3.2. Processo executivo comum para entrega de coisa certa e para prestação de facto com forma única
 - 3.3. Processo executivo especial
4. A ação executiva e os novos princípios fundamentais do processo civil

5. Os intervenientes na atual ação executiva e suas competências funcionais
 - 5.1. A redistribuição de competências entre juiz, agente de execução e oficial de justiça
 - 5.1.1. O pagamento de quantias devidas ao agente de execução

CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DA AÇÃO EXECUTIVA: PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS E PRESSUPOSTOS COMUNS

1. Pressupostos processuais específicos da ação executiva
 - 1.1. O título executivo
 - 1.1.1. Noção e espécies; o novo elenco de títulos executivos
 - 1.1.2. A sentença condenatória
 - 1.1.3. O processo de injunção com aposição de fórmula executória
 - 1.1.4. O documento exarado ou autenticado por notário ou por outras entidades ou profissionais com essa competência
 - 1.1.5. O título executivo especial
 - 1.1.6. Natureza e função do título executivo: o título enquanto documento; o título como condição da ação; o título e a causa de pedir
 - 1.1.7. Consequência da falta de apresentação do título executivo
 - 1.2. A certeza
 - 1.2.1. Consequências da falta de certeza
 - 1.3. A exigibilidade
 - 1.3.1. Consequências da falta de exigibilidade
 - 1.4. A liquidez da obrigação
 - 1.4.1. Regime jurídico da liquidez da obrigação
 - 1.4.2. Os meios de liquidação: Liquidação por simples cálculo aritmético; Liquidação não dependente de simples cálculo aritmético
 - 1.4.3. Consequências da iliquidez da obrigação
2. Pressupostos processuais gerais da ação executiva
 - 2.1. Competência do tribunal
 - 2.2. Legitimidade das partes
 - 2.2.1. O terceiro proprietário ou possuidor do bem onerado
 - 2.2.2. Terceiros abrangidos pelo caso julgado
3. Patrocínio judiciário

CAPÍTULO III – A TRAMITAÇÃO PROCESSUAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO COMUM PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA COM FORMA ORDINÁRIA E SUMÁRIA. A EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS TRAMITADA DE FPOMA AUTÓNOMA

1. Requerimento inicial e tramitação complementar.
2. As diversas tramitações na fase liminar:
 - 2.1. Intervenção do juiz e despacho liminar
 - 2.2. Citação prévia sem necessidade de despacho liminar
 - 2.3. Dispensa de despacho liminar sem citação prévia do executado
3. A citação
 - 3.1. Noção de citação

- 3.2. Modalidades de citação
- 3.3. Efeitos da citação
- 4. Oposição à execução mediante embargos
 - 4.1. Fundamentos: na execução de sentença e na execução de outro título
 - 4.2. Processo: prazo, tramitação, efeitos da pendência e efeitos da sua procedência
- 5. Penhora
 - 5.1. Noção e Princípios gerais
 - 5.2. Função e efeitos da penhora. Perda dos poderes de gozo; ineficácia relativa dos atos dispositivos subsequentes; preferência do exequente
 - 5.3. Objeto da penhora
 - 5.3.1. Limites à penhorabilidade: impenhorabilidade absoluta e relativa
 - 5.3.2. Penhorabilidade subsidiária: enunciação, responsabilidade comum e responsabilidade própria dos cônjuges, responsabilidade subsidiária com excussão prévia, dívida com garantia real
 - 5.3.3. A fase da penhora: atos preparatórios: descoberta dos bens; definição dos bens a penhorar; autorização da penhora; penhoras subsequentes
 - 5.3.4. O depositário
 - 5.3.5. Levantamento da penhora
- 6. Oposição à penhora
 - 6.1. Oposição por simples requerimento
 - 6.2. O incidente de oposição à penhora
 - 6.3. Embargos de terceiro
 - 6.4. A ação de reivindicação
- 7. Convocações e concurso de credores
 - 7.1. Convocação: em geral; dos credores; do cônjuge do executado
 - 7.2. Pressupostos específicos da reclamação de créditos: enunciação; a garantia real; o título executivo; a certeza da obrigação; a liquidez da obrigação
 - 7.3. Verificação e graduação de créditos: fases; articulados; verificação; graduação
- 8. Pagamento: Meios de atingir o pagamento
 - 8.1. A venda executiva
 - 8.1.1. Modalidades
 - 8.1.1.1. A venda em leilão eletrônico
 - 8.1.2. Remição e preferências
 - 8.1.3. Adjudicação de bens
- 9. Extinção e renovação da execução

4.

- LEBRE DE FREITAS, José, a Ação Executiva – à luz do Código de Processo Civil de 2013, Coimbra Editora, 6.ª edição, fevereiro 2014;

Bibliografia Complementar:

- PINTO, Rui, Manual da Execução e Despejo, Coimbra, 2013;

- PAIVA, Eduardo e CABRITA, Helena, O processo executivo e o agente de execução, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, Abril de 2013.